

A resignificação de “pretuguês” como forma de falar português: contextualizações linguística e histórica

*The re-signification of “pretuguês” as a way of speaking
portuguese: linguistic and historical contextualization*

Eduardo Ferreira dos Santos¹ 

Ana Paulla Braga Mattos² 

¹ Instituição: UNILAB - Campus dos Malês

² Instituição: Universidade de Aarhus

E-mail: eduardo@unilab.edu.br

E-mail: mattos@cas.au.dk

Editora-chefe

Marcia dos Santos
Machado Vieira

Editoras convidadas

Luana Lamberti
Ravena Beatriz de Sousa
Teixeira

Recebido: 30/05/2025

Aceito: 10/12/2025

Como citar: SANTOS, Eduardo Ferreira dos; MATTOS, Ana Paulla Braga. A resignificação de “pretuguês” como forma de falar português: contextualizações linguística e histórica. Revista Diadorim, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, e68591, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2025.v27n2a68591>

Resumo

Nos estudos linguísticos e históricos, o termo ‘pretuguês’/‘pretoguês’ é registrado desde o período colonial, sendo associado, de forma pejorativa, ao modo como os africanos negros falavam a língua portuguesa. O conceito também se relaciona à chamada “língua de preto”, falada por africanos escravizados em Portugal a partir do século XVI (Kihm; Rougé, 2013). O uso depreciativo e marginalizado do termo perdura até o século XX (Mingas, 2018; Matias e Pinto, 2020). No entanto, ainda nesse período, no contexto das lutas de libertação dos países africanos colonizados por Portugal, ocorre um processo de resignificação. Como aponta Macedo (1992), Luandino Vieira elabora artisticamente o pretuguês como marca de “angolanidade” em sua obra *Luuanda*, publicada em 1963. Na contemporaneidade, o termo aparece em diferentes gêneros e mídias — músicas, blogs, podcasts, entre outros — em espaços geopolíticos que passaram por processos de colonização, como Angola e Brasil. Nessa perspectiva, demonstramos no texto que o pretuguês constitui-se como um processo discursivo e ideológico, acionado

estrategicamente na promoção de práticas educativas, antirracistas e sociais. Além disso, o conceito atual de pretuguês expressa uma busca identitária por autonomia linguística, voltada à valorização de diferentes modos de falar português.

Palavras-chave:

Pretuguês; ressignificação; identidade; colonialismo

Abstract

In linguistic and historical studies, the term pretuguês/pretoguês has been attested since the colonial period, and its meaning was pejoratively associated with the way African Black people spoke Portuguese. It also refers to the so-called “língua de preto” (“Black speech”), which was spoken by enslaved Africans in Portugal starting in the 16th century (Kihm; Rougé, 2013). The pejorative and marginalized use of the concept pretuguês is attested up until the 20th century (Mingas, 2018; Matias & Pinto, 2020). It is worth noting, however, that still in the 20th century, in the context of the pre-independence period of African countries colonized by Portugal, the concept undergoes a process of resignification. As pointed out by Macedo (1992), Luandino Vieira artistically elaborates the concept as a marker of “Angolanness” in his short story collection *Luuanda*, published in 1963. Today, we observe that the term pretuguês appears in various genres and contexts — such as songs, podcasts, blogs, etc. — within geopolitical spaces that, over the course of their histories, experienced colonization, such as Angola and Brazil. In this context, pretuguês presents itself as a discursive and ideological process, strategically used to promote educational, antiracist, and social advancements. Furthermore, the contemporary concept of pretuguês represents an identity-driven search for linguistic autonomy that affirms different ways of speaking Portuguese.

Keywords:

Pretuguês; re-signification; identity, colonialism

Introdução

Ao longo dos séculos XIX e XX, no contexto colonial português, os termos “língua de preto” e “pretuguês” eram usados como exemplos da prática da racialização da linguagem, conforme veremos ao longo do texto, para se referir à língua portuguesa falada pelos sujeitos escravizados. Por racialização, entendemos “a nomeação colonial que configura e faz existir raças (negros, indígenas) no processo de colonização em contraposição ao não-marcado e universal signo da branquitude que, ao nomear, se impõe como pressuposto e isenta de racialização e nomeação” (Nascimento, 2023, p.14).

Para compreendermos o uso de termos como ‘pretuguês’ e ‘língua de preto’ no período colonial até o uso ressignificado que ‘pretuguês’ assume na contemporaneidade, é necessário discorrer sobre a presença da língua portuguesa para além das fronteiras de Portugal e considerar os espaços geopolíticos onde se deu o processo colonizatório português, em específico, o continente americano e africano.

Neste trabalho, partimos, então, de uma fundamentação teórica vinculada à Historiografia Linguística, em específico, ao “princípio de contextualização” de Koerner (1996, 2014), explicitando que o uso desses termos estava vinculado a um “clima de opinião”, ou pensamento linguístico, a partir de parâmetros históricos e sociolinguísticos, reforçando, nos termos de Koerner (2014, p.88), que “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram”.

Dessa forma, apresentamos uma contextualização histórica, a partir do século XV, para entendermos como se constrói e se legitima, em determinados contextos, as diversas formas de falar português a partir do colonialismo. Posteriormente, analisamos o uso do termo pretuguês ao longo do tempo a partir de registros históricos e revisões bibliográficas, incluindo depoimentos de autores como Amélia Mingas, Luandino Vieira e Lélia Gonzales. A seguir, analisamos semântica e discursivamente o uso contemporâneo do termo a partir de diferentes gêneros textuais e identificamos, a partir disso, a ressignificação do termo. Por fim, apresentamos o nosso entendimento do lugar do pretuguês na contemporaneidade¹.

Colonialismo e a língua portuguesa: contextualizações históricas

A partir do século XV, uma conjunção de fatores, como os de ordem geopolítica, econômica e religiosa, contribuíram para que os europeus - como portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, holandeses, dinamarqueses - se lançassem além-mar e ocupassem outros territórios (Dias, 1989), conhecido na literatura histórica tradicional como o período ou “Era dos Descobrimentos”.

O resultado dessa expansão marítima é uma das ações que está no cerne do surgimento do colonialismo moderno e de uma estrutura de poder baseada na colonialidade. Por colonialismo moderno, entendemos “os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta” (Maldonado-Torres, 2020, p.35).

¹ Agradecemos imensamente ao colega Derek Pardue, da Universidade de Aarhus, pelo desenvolvimento do trabalho sobre pretuguês, inicialmente apresentado por Braga Mattos e Pardue na ACBLPE 2023, em Angola, com a comunicação “O que é e quem fala pretuguês”, e por suas valiosas contribuições para o aprofundamento do argumento a partir do percurso histórico, do entendimento contemporâneo e do conceito “O lugar do pretuguês na contemporaneidade”.

Esse colonialismo moderno teve como sustentáculo o tráfico e a escravização de pessoas, e o resultado foi a ocupação dos territórios pelos impérios ocidentais e a instauração de um contato inicial, mesmo que forçado, entre diferentes povos e culturas. Nesse processo de invasão e posterior ocupação dos territórios, mais a subjugação desses povos, é importante destacar que a língua não ficou isenta da ação colonizadora.

Conforme aponta Mariani (2004, p.25), “os efeitos ideológicos de um processo colonizador materializam-se em consonância com um processo de colonização lingüística, que supõe a imposição de idéias lingüísticas vigentes na metrópole e um ideário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único”. Esse projeto de unificação da língua e da nação é idealizado tanto nas Américas como na África. Neste trabalho, centramos a discussão em Portugal como agente colonizador cujo projeto é a institucionalização da língua portuguesa nesses espaços colonizados e marcados por um cenário de diversidade lingüística.

Tomando o Brasil como exemplo, quando da invasão territorial pelos portugueses, a população indígena correspondia à totalidade dos habitantes, algo estimado em torno de 4 milhões de indígenas (Venâncio, 2007) e cerca de 1175 línguas. Essas línguas conviveriam, posteriormente, com a língua do colonizador, mais as línguas dos africanos escravizados que foram traficados para o Brasil.

Essa ecologia multilíngue perdura até meados do século XVIII, quando foi colocada em prática a política lingüística pombalina com a oficialização da língua portuguesa no Brasil e a expulsão dos jesuítas, que eram os principais agentes do uso da língua geral, uma língua de origem tupi (ver, por exemplo, Rodrigues 2011), nas aulas de catequese. Destaca-se, também, que, no período colonial, a população indígena sucumbiu ao genocídio. No período da Independência do Brasil (1822), estima-se o número de 800.000 indígenas e, no período da Proclamação da República do Brasil (1889), em torno de 215.000 indígenas (Venâncio, 2007). Essa diminuição drástica no quantitativo da população originária refletiria, consequentemente, no quantitativo de línguas indígenas faladas no território.

Concomitantemente à diminuição da população indígena, há um incremento no número de africanos escravizados no Brasil devido ao tráfico de pessoas empreendido por Portugal a partir de 1502 e terminado em 1860 com cerca de 3.600.000 pessoas africanas importadas (Petter; Cunha, 2015). Para se ter uma dimensão desse efeito do tráfico negreiro, no período compreendido entre 1701-1800, enquanto a estimativa era de 800.000 portugueses, a população africana era estimada em 1.700.300 pessoas (Venâncio, 2007), revelando que, “do ponto de vista da formação da população colonial, a “América portuguesa” deveria se chamar América africana” (Venâncio, 2007, p.362).

A presença da população africana no Brasil também é marcada por um quantitativo expressivo de línguas relacionadas a duas grandes áreas lingüísticas: oeste-africana e austral (Bonvini, 2008). Para Mattos e Silva (2004, p.102), esse número

significativo de africanos, e seus descendentes, conseqüentemente, é o responsável pela difusão do “português geral brasileiro, antecedente histórico do atualmente designado vernáculo ou português popular, variante sociolinguística mais generalizada no Brasil”.

Em relação aos vários contextos no continente africano, o atestado da presença portuguesa também remonta ao século XV. Conforme aponta Hagemeyer (2016, p.43), “até ao século XIX, este reconhecimento resulta sobretudo na ocupação dispersa de zonas costeiras e ilhas, através de entrepostos, feitorias e fortalezas, dedicados a atividades económicas, tais como o tráfico de escravos e a produção de açúcar”.

No âmbito linguístico, a formação das línguas crioulas historicamente ligadas ao português na Alta Guiné e no Golfo da Guiné ocorreu pelo contato entre portugueses e africanos, nos contextos sociohistóricos de colonização que marcaram os séculos XV e XVI. Ainda segundo Hagemeyer (2016, p.43), o século XX é marcado pela emergência e consolidação, ainda em curso, das novas variedades de português nos espaços colonizados por Portugal além da “integração de léxico de origem portuguesa em inúmeras línguas em África com as quais o português teve, historicamente, contacto, quer línguas faladas nas antigas colónias portuguesas quer outras”.

Assim como no Brasil, nos demais países africanos colonizados por Portugal, também havia a veiculação de diversas línguas e, em alguns casos, como atestado em Angola, essas línguas, como o umbundo, o quimbundo e o quicongo, eram mais faladas do que a língua portuguesa. Segundo Venâncio (1996), o uso dessas línguas autóctones não diminuiu mesmo em contato com a língua do colonizador, como no período de 1620 a 1750, em que o quimbundo, por exemplo, era a língua mais veiculada em Luanda por causa do “estabelecimento de uma elite afro-portuguesa”. Essa manutenção cultural e linguística, em Angola, será impedida por Portugal a partir da imposição de medidas favoráveis à língua e à cultura portuguesa, como decretado em 1765 pelo governador de Angola, Sousa Coutinho, com o objetivo de diminuir o uso das línguas africanas no ensino dos filhos dessa elite afro-portuguesa (Zau, 2011).

Esse processo de institucionalização da língua portuguesa em África, também visto no Brasil, é uma das faces do colonialismo empreendido pelo império português. Desse modo

ao introduzir novos atores e novas línguas - não africanas -, [o colonialismo] vai provocar, entre outros efeitos, um rearranjo do relacionamento entre as línguas em presença. Instaura-se, então, uma nova dinâmica de convivência linguística com a superposição de um elemento crucial: a atitude das nações colonizadoras em relação às línguas locais. Atitudes diversas vão gerar políticas diversas de assimilação linguística, educacional e

cultural, resultando, evidentemente, na valorização ou não das línguas africanas (PETTER, 2015, p.193).

A partir do século XIX, marcado como o período de colonização efetiva das então províncias, Portugal colocou em prática a divisão social dos africanos que culminou em dois grupos: “assimilados” e “indígenas”. Essa divisão era oficializada por documentos como “Regulamento do recenseamento e cobrança do imposto indígena”, de 1938, e, posteriormente, o “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique - Decreto-Lei 39.666 de 20 de maio de 1954”. No Estatuto de 1954, a condição de indígena era assim definida:

Art. 2o Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

§ único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígena em local estranho àquelas províncias para onde os pais se tenham temporariamente deslocado.

A condição de indígena não era permanente e, para isso, o mesmo Estatuto, em seu capítulo III, artigo 56, intitulado “Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania”, apontava, dentre alguns requisitos para essa mudança de condição, para a necessidade de se “Falar correctamente a língua portuguesa”. Essa exigência chama-nos a atenção para o papel da língua portuguesa neste processo de assimilação. Conforme destacou Mata (2019, p.211):

não é fácil reflectir, ainda hoje, sobre a questão do lugar da língua portuguesa nos países africanos outrora colonizados por Portugal e a sua relação com as línguas autóctones, designadas línguas nacionais, sem referir à colonização linguística executada através da política colonial do assimilacionismo cultural que, no tocante à língua, promovia a inferiorização das línguas africanas, então consideradas dialectos.

Ainda segundo Cá (2011, p.211), “só era permitido o ensino da língua portuguesa; nada se aprendia sobre as tradições literárias e artísticas dos povos angolanos, caboverdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses, sobre sua história etc.”.

Nota-se, portanto, que tanto no Brasil como nos países colonizados por Portugal no continente africano, a língua portuguesa, por ser a língua da sociedade dominante, refletia, também, a hierarquização econômica, política e social vigente

(Mattos e Silva, 2004; Venâncio, 2007). Essa hierarquização linguística visava à imposição de um monolingüismo, um dos pilares da idealização de um “estado-nação”. Conforme abordado por Monteagudo (2012, p.49), a função do estado atrelava-se ao “programa de homogeneização linguística e cultural, correlativo ao de criação e difusão da língua e cultura nacionais e manutenção da correspondente intelectosfera ideológica e cultural que acompanha, legitimando-os, esses processos.”

Na próxima seção, apresentamos algumas características e terminologias linguísticas usadas para se referir às diversas formas de se falar português na América/Brasil e em África nesses contextos colonizados.

Como se nomeiam as diversas formas de falar português no contexto colonial?

A tentativa de homogeneização e imposição do monolingüismo foi posta em prática por Portugal, mas não impediu que as línguas portuguesas faladas na América e na África pela população indígena e africana apresentasse, naturalmente, características intrínsecas ao intenso contato linguístico².

Especificamente em relação ao Brasil e ao português falado pelos africanos no Brasil, é a partir do século XIX que há registros dos modos de falar desse grupo (Bonvini, 2008; Petter e Cunha, 2015), como se observa no excerto seguinte:

Em três meses, podem, em geral, se fazerem mais ou menos entender. Só o grupo consoante *st* e o *r* lhes oferecem muita dificuldade. Pronunciam o primeiro como *t* e o segundo como *l*. Por exemplo: *tá bom* em lugar de *está bom*, *dalé* ao invés de *darei*. Nota-se a mesma dificuldade prosódica nas criancinhas [...] (SILVA NETO, 1963, p.109 apud PETTER, CUNHA, 2015, p. 231).

É ainda no século XIX que temos, a partir da imprensa e da literatura, o registro do falar diferenciado ou imitações do falar dos negros, ou “falar xacoco”, como apontado por Bonvini (2008, p.49). Alkmim (2002), ao analisar os estereótipos linguísticos relativos à fala dos negros em charges do século XIX, produzidas no

² A língua portuguesa, seja no continente americano ou no africano, acabou desenvolvendo cenários e estatutos sociolinguísticos distintos, muito em razão do contato com outras línguas. Conforme apontado por Hagemeyer (2016, p.45), “até às independências dos países africanos de língua oficial portuguesa (1975), o português era essencialmente uma L2 pouco falada por grande parte das respectivas populações”. Segundo o autor, atualmente em África, podemos fazer uma divisão entre os países em que a língua portuguesa não é a língua materna da população (Cabo Verde e Guiné-Bissau) e outro grupo em que o português é a língua nativa de um número crescente de falantes (Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe), embora em percentuais distintos. Em relação ao português no Brasil, referimo-nos aos apontamentos de Venâncio (2007), trazidos neste artigo, e as discussões de Rodrigues (2014).

Brasil, nos apresenta um conjunto de dados que seriam marcas identificatórias desse falar negro. Para a autora, as charges, ao centralizar sua comunicação no humor e na crítica social, apontam “claramente, a intenção de reproduzir, de maneira caricatural, a fala do grupo em questão: o contraste com a fala de personagens brancos é absoluta. [...] a fala compõe a figura dos negros e escravos através de formas linguísticas identificáveis como próprias ao grupo” (Alkmim, 2002, p.384). Vejamos alguns exemplos apresentados por Alkmim:

- i) ausência de r final (“carregá”; “falá”);
- ii) troca do /ʒ/ → /z/ (“Zuaquim”; “Zuão”);
- iii) redução de ditongos (“cosa”; “uvi”);
- iv) concordância de gênero (“minha corpo”; “esse côsa”);
- v) flexão verbal número/pessoa incorreta (“eu vai”);
- vi) ausência de artigo (“Cavalo já está selado”; “Não diga palavra”).

Importante reforçar que a autora chama a atenção, contudo, para o caráter sempre aproximativo dessas realizações em relação ao falar real do grupo e que esse seria um dos desafios da pesquisa histórica acerca da descrição das línguas. Isso pode ser ainda mais acentuado, em se tratando de variedades linguísticas não dominantes.

Esse modo de falar particular dos negros africanos já era percebido em Portugal. Conforme apontado por Kihm e Rougé (2013, p.6)

pelo menos até o final do século XVIII, os escravos africanos em Portugal falavam uma variedade distinta de português, bem identificada pelos falantes nativos próximos e chamada de língua de preto (‘língua do negro’), língua de negro (‘id.’) ou falar Guiné (‘Falar da Guiné’)³.

Atestado a partir de textos literários, esses rótulos definiam o modo de falar das personagens negras africanas que acabavam sendo ridicularizadas “em particular devido à sua língua/fala “quebrada” que soava altamente cômica aos ouvidos nativos portugueses” (KIHM, ROUGÉ, 2013, p.6).⁴ De acordo com Alkmim (2008, p.248), “algumas peças (teatrais) de Gil Vicente e de Chiado deram vida a personagens africanos no século XVI e constituem bons documentos da chamada língua de preto”. Kihm e Rougé (2013) também destacam a presença da denominada língua

³ No original: “[...]until at least the end of the eighteenth century African slaves in Portugal spoke a distinctive variety of Ptg, well identified by the surrounding native speakers and variously named língua de preto (‘language of the Black’), língua de negro (‘id.’), or falar Guiné (‘Guinea Talk’).”

⁴ No original: “[...] in particular because of their “broken” language which sounded highly comical to native Portuguese ears”.

de preto nas peças desses dois autores e na literatura e peças folclóricas dos séculos XVII e XVIII⁵.

No Brasil, a expressão língua de preto também se fez presente e com as mesmas intenções de estereotipar e ridicularizar a fala dos escravizados. Segundo Lemos:

Na sociedade fluminense do século XIX, a sobrevivência da expressão **língua de preto**, dentre outros usos, será utilizada de modo pejorativo como **referência à variação do português falado pelos negros escravizados** (africanos recém-sequestrados ou até mesmo os nascidos no Brasil). Na realidade, para os pretos novos (“boçais”), aqueles que ainda não dominavam a língua, a elite política/letrada criticava a mistura “embaraçada” do português com a língua africana deles; já no que dizia respeito aos nascidos e criados no Brasil ou aos que conseguiam fluência no português, ela censurava os vícios de pronúncia e a distância em relação à variante padrão da língua, de preferência a matriz do português de Portugal (Lemos, 2024, p.294) - grifos nossos.

Lemos exemplifica esse uso e referência da expressão “língua de preto”, destacando alguns trechos e chamadas de jornais da época em que “as variações do português falado pelos negros boçais eram representadas de modo pejorativo, sendo motivo de deboche, riso, graça e comicidade” (LEMOS, 2024, p.295):

“uma jocosa cena em língua de preto” (CORREIO MERCANTIL, 22 fev. 1851, p. 04), “o palhaço, vestido a caracter com sua viola, cantará em língua de preto algumas de suas modinhas” (CORREIO MERCANTIL, 25 ago. 1857, p. 04) , “a original scena cômica em língua de preto” (Gazeta de Notícias, 06 abr. 1879, p. 04) e “buia ripae Suprisso eu pae Zuão, na engraçada língua de preto”(DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 16 out.1850, s/nº) (Lemos, 2024, p.295).

No território africano colonizado por Portugal, as práticas linguísticas dos africanos também eram categorizadas como “língua de preto”. Conforme apontam Matias e Pinto (2020), essa forma de representação linguística dos africanos é uma tentativa de limitação da expressão desse grupo. Dentro de uma prática colonialista,

⁵ Há uma discussão sobre os documentos utilizados como dados para definir e caracterizar a chamada “língua de preto”. Esse debate foi apresentado por Braga Mattos e Santos na ACBLPE 2025, em Cabo Verde, com a comunicação “Um estudo historiográfico sobre ‘Língua de Preto’ e ‘Pretuguês’: uma contribuição para o contato linguístico?” e encontra-se detalhado em artigo atualmente em elaboração.

essa atitude é uma “continuidade dos processos anteriores de racialização linguística, em que os atos de fala reconhecidos e a sua subsequente alteridade são agora ditados unilateralmente por um poderoso aparelho linguístico” (Matias e Pinto, 2020, p.17).

A noção de inferioridade dos africanos era uma crença amplamente disseminada e foi um dos fatores da missão colonizadora que Portugal empreendeu, tendo sua concretização na “implementação de uma política colonial de assimilação, entre 1836 e 1961, que culminou em 1954 na diferença legal entre grupos populacionais em Angola, Guiné Bissau e Moçambique” (Matias e Pinto, 2020, p.17). Conforme apontamos anteriormente, essa diferença legal baseava-se na divisão social dos africanos em dois grupos: “assimilados” e “indígenas” e uma das condições para que o “indígena” ascendesse à condição de “assimilado” era o falar “corretamente” ou ter a proficiência em língua portuguesa.

Pretuguês: percursos históricos e (socio)linguísticos

Considerando que a maioria da população colonizada não possuía acesso à educação formal e, conseqüentemente, acesso à norma que era o alvo para se conseguir a cidadania portuguesa no contexto de “assimilados” x “indígenas”, o falar desse grupo majoritário, ou “português dos pretos”, era classificado como “pretuguês” ou “pretoguês” (Matias e Pinto, 2020). Resultado da combinação entre “preto” e “português” para o parônimo “português”

a palavra “pretuguês/pretoguês” seria a palavra em “pretoguês” para dizer “português”. Estes termos foram aplicados tanto ao português falado pelas populações negras como às línguas crioulas de base lexical portuguesa de Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, que desde o século XVI até há pouco tempo foram consideradas corrupções africanas da língua portuguesa, associadas à “língua de preto” ou “fala da Guiné” (Matias e Pinto, 2020, p.18).

A linguista angolana Amélia Mingas corrobora o uso deste termo como qualificativo do português falado pelos angolanos em pelo menos dois momentos. Em seu trabalho de mestrado durante os anos de 1987/1988 - e publicado em 2000 - Mingas aponta que “durante a época colonial, esta variante [o português falado em Angola] era errada e ironicamente designada “pretoguês”, “português de preto”, “português moreno” e/ou “dialecto” [...]” (Mingas, 2000, p.16). Em outra comunicação, proferida em 2018, Mingas pontua que o uso forçado da língua portuguesa

em detrimento das línguas autóctones, fez com que os angolanos a recriassem e o “resultado, o seu modo diferente de articular a língua comum foi designado pretuguês, para o diferenciar da fala europeia” (Mingas, 2018, p.3). Mingas ainda continua:

fazemos parte de uma geração de angolanos e angolanas para quem esta palavra tinha uma carga e influência negativas, porquanto provocava um acanhamento instintivo para a utilização de articulações e expressões que, naquela altura como hoje em dia, fazem parte do nosso modo africano de falar português (MINGAS, 2018, p.3).

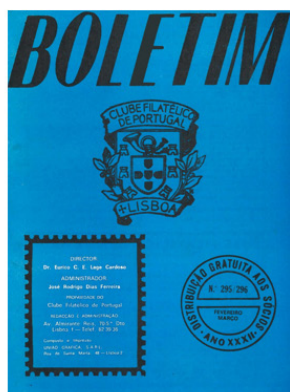
Mingas destaca a racialização do fenômeno da interferência linguística entre o português e as línguas africanas por parte das professoras por desconhecerem a estrutura das línguas autóctones e não compreenderem, por exemplo, a articulação distinta de alguns sons inexistentes nessas línguas dos alunos.

Neste cenário desagradável, a língua portuguesa aparece como um espectro ameaçador para os aprendentes porquanto, toda a palavra mal pronunciada, a não concordância em número ou género dos nomes, do determinante em relação ao determinado eram, de imediato apelidadas de *pretuguês*, o que levava muitos dos estudantes africanos a coibirem-se de utilizar a língua comum, por receio de serem ridicularizados (Mingas, 2018, p.4).

Vejamos alguns exemplos ilustrativos desse pretuguês apresentados por Mingas (2018, p.3):

- a) “ir na escola; no hospital ou na praia”, em vez de “à escola, ao hospital, à praia”;
- b) O uso do termo *kitanda*, em vez de mercado;
- c) A utilização da articulação do adjectivo /*más*/, para representar a um tempo, a adversativa /*mas*/ e o advérbio /*mais*/;
- d) A tendência para a monotongação em termos como *beju*, *kitandera*, em vez de beijo, Kitandeira.

O tom irônico para se referir ao pretuguês como uma “corruptela” do português falado ou escrito pelos portugueses pode ser atestado no “Boletim do Clube Filatélico de Portugal”. Segue um recorte do Boletim, publicado em 1978, em que aparece a expressão “prêtuques”, destacada e circulada por nós:



O Art.º 1.º do REGULAMENTO INTERNACIONAL DAS COLEÇÕES TEMÁTICAS E DE ASSUNTO, viu-se claramente nesta Exposição que deixou de existir, pois, na Coleção Temática, desenvolve-se um tema ou ilustra-se uma ideia através da motivação dos selos e informações dadas por documentos filatélicos ou postais (verdade seja que a tradução que fizeram do Regulamento não foi feita em Português mas em **prêtuques!**...) e o que ali se verificou foi que as coleções estão a ser feitas não à base da figuração dos selos mas quase só de documentação — muita dela sem sequer ser filatélica — inteiros e alguns selos!... Não há dúvida que há que voltar atrás, baralhar e dar de novo ou então adeus temática e viva o classicismo em toda a sua pureza».

Figura 1. A expressão “prêtuques” no Boletim do Clube Filatélico de Portugal

Fonte: Boletim do Clube Filatélico de Portugal, Ano XXXII, fevereiro de 1978, n.295.

Na figura 1, podemos ler o seguinte trecho: “[...] (verdade seja que a tradução que fizeram do Regulamento não foi feita em Português mas em prêtuques!...) [...]”.

No boletim acima, o diretor do Clube Filatélico, Dr. Eurico Lage Cardoso, que assina a nota, chama a atenção de seus leitores para a forma como a tradução do Regulamento foi realizada em um “prêtuques”. O uso da expressão “verdade seja” e a finalização do período em ponto de exclamação nos remete a uma ironia e aproximação de uma escrita que, mesmo não realizada por sujeitos negros e ex-escravizados, remete-nos imediatamente ao modo pejorativo com que a realização linguística desses grupos era considerada em relação ao português dos nativos europeus.

Se, no decorrer dos séculos da chegada dos portugueses aos continentes americano e africano, a fala dos sujeitos negros era colocada como uma variedade inferior ou “quebrada” da língua portuguesa, sendo nomeadas ora como “língua de preto” ora como “pretuguês”, conseguimos notar, contudo, e em específico para a expressão “pretuguês”, uma ressignificação de seu sentido e uso por determinados grupos sociais não brancos a partir da segunda metade do século XX.

Considerado um dos maiores expoentes da literatura angolana em língua portuguesa, e também da luta pela independência do país, o angolano Luandino Vieira é ousado por

levar para as páginas da literatura - em plena vigência do regime colonial português em Angola - ‘o **pretuguês**’, ou seja, a **forma híbrida de expressão dos bilíngües coloniais, a qual constituía motivo de freqüente menosprezo destes e, portanto, uma das fontes alimentadoras do racismo do colonizador em relação ao colonizado**. Sob esse aspecto, a escolha do material linguístico efetuada pelo autor redundava em uma reivin-

dicação de prestígio para a fala híbrida do homem do povo, dando-lhe status literário. [...]

Destarte, verifica-se que o trabalho artístico efetuado a partir do ‘pretuguês’ nos textos de Luandino Vieira **vincula-se à recusa e à denúncia da situação colonial, afirmando uma ‘angolanidade’** ao mesmo tempo em que se inscreve na corrente da modernidade, convergindo pois para a realização literária plena de nosso tempo. (MACEDO, 1992, p.172-173) - grifos nossos.

Para Luandino Vieira, portanto, é importante evidenciar essa forma híbrida que constitui o pretuguês falado nos musseques luandenses, ou em outros termos, colocar em pauta o português resultante do contato linguístico entre a então língua do colonizador com as demais línguas autóctones de Angola, seja em sua escrita como também na fala de suas personagens. Em obras como *Luuanda* (1963) e *Nós, os do Makulusu* (1974)

o trato linguístico alça voos ainda mais sofisticados. Em ambas, reforça-se a concepção de se penetrar nas fissuras da estrutura linguística do colonizador para desestabilizar e fazer presente, não apenas a língua enquanto organismo vivo do colonizado, mas a mesma como portadora de um conjunto de palavras no nível sintagmático, a serviço de uma ideologia, no caso, o cultivo da angolanidade (VIANA, 2012, p.71).

Conforme apontado por Souza e Oliveira (2014, p.78)

as personagens de “Luuanda” preferem utilizar a língua portuguesa, mas se valem do quimbundo para construções sintáticas e léxicas, mostrando que mantém a sua “africanidade” viva – apesar da imposição cultural do colonizador português. Nas narrativas de Luandino não é o português que influencia o quimbundo e sim o contrário [...].

Ainda considerando a segunda metade do século XX, mas agora no contexto brasileiro, temos a importante figura de Lélia Gonzalez, que também coloca em discussão o termo “pretuguês” como uma das facetas da africanização da cultura brasileira.

Conforme aponta Carneiro (2024), Lélia Gonzalez foi uma das pioneiras em pautar o papel do negro na sociedade brasileira integrando, sendo uma das protagonistas da criação do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Centro de Lutas

Luiza Mahin, organizado por mulheres negras, no âmbito do MNU, em 1978; e uma das fundadoras do Nzinga — Coletivo de Mulheres Negras, em 1982, destacando sua atuação também na revitalização do movimento feminista e na afirmação de um Feminismo Negro no Brasil.

Segundo Carneiro (2024), Lélia Gonzalez buscava diálogos com ativistas e estudiosos internacionais em diversas viagens mundo afora. Para Lélia Gonzalez, “mergulhar profundamente nas matrizes - religiosas, culturais, históricas - africanas era fundamental para o conhecimento de nossa cultura “africanizada”” (CARNEIRO, 2024, p.82). Integrada ao que estava ocorrendo no cenário africano contemporâneo, era incentivadora da leitura de “Aimé Césaire, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e outros escritores africanos e da diáspora africana” sendo uma defensora da “descolonização dos países africanos [...]” (CARNEIRO, 2024, p. 83). Compreender e compartilhar esses diferentes matizes e suas implicações nos remetem, então, à categoria político-cultural da amefricanidade proposta por Gonzalez (2020). Para a autora:

[...] a *Améfrica*, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como hoje, *amefricanos* oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa amefricanidade que identifica na diáspora uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada (GONZALEZ, 2020, p.135).

Uma das evidências dessa amefricanidade, quando falamos no âmbito linguístico, são os traços de línguas africanas percebidas no contato linguístico com a língua alvo (CERQUEIRA, 2022, p.17).

O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, e também a ausência de certas consoantes (como o L ou o R, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isso sem falar nos dialetos “crioulos” do Caribe) (GONZALEZ, 2020, p.128).

Gonzalez considera essas marcas de africanização no português falado no Brasil como sendo “pretuguês”, expressão que também reconhece já ser usada

pelos africanos lusófonos (GONZALEZ, 2020, p.54). Para Cerqueira (2022, p.1602) “pretuguês pode ser concebido como a modalidade linguística falada por sujeitos negros na formação do PB, bem como seus desdobramentos no Português Popular Brasileiro, sua modalidade contemporânea, a qual tende a acarretar estigmas”.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa *você* em *cê*, *está* em *tá* e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZALEZ, 2020, p.90).

Para Cerqueira, a proposta de Lélia Gonzalez de acionar o pretuguês como uma evidência empírica da categoria política-cultural Améfrica é pautada

na confluência entre estrutura linguística e estrutura social, considerando tanto a atuação das línguas africanas na sociohistória do PB [português brasileiro] – cuja intervenção resultou uma nova língua/variedade de português; quanto à história da educação da população negra no pós-abolição, cujos acessos foram ora negados, ora comprometidos [...] (CERQUEIRA, 2022, p.1602-1603).

O pretuguês também serviria para denunciar “que apesar das diversas manifestações de racismo naturalizadas no Brasil, a formação social brasileira é eminentemente negra e indígena” (CERQUEIRA, 2024, p.224).

No âmbito acadêmico, Cerqueira (2024, p.224) chama a atenção para a mobilização do conceito de pretuguês, nos moldes propostos por Lélia Gonzalez, de uma abordagem antropológica para um conceito “guarda-chuva quando deslocado para as Linguísticas, devido às suas diferentes agendas de investigação”. Para a autora, o pretuguês parece ser a modalidade linguística de sujeitos negros que contribuíram para a formação do português brasileiro e que, para além dos estigmas, pode também “representar identidade em suas comunidades de práticas comunicativas” (CERQUEIRA, 2024, p.225). Trabalhos como os de Santos (2024); Souza, Nascimento (2022); Cerqueira (2020) e Lopes (2020) ilustram essa discussão.

A ressignificação do uso de pretuguês

O uso ressignificado de “pretuguês” está presente em diversos gêneros textuais, incluindo linguagem falada e escrita. Além de artigos acadêmicos, blogs, livros (literários e não-literários), podcasts, documentários, músicas, batalha de rimas são alguns exemplos de como o termo é empregado para representar um discurso crítico de oposição a sistemas historicamente construídos, como as dicotomias colonizador/colonizado, cidadão/imigrante, elite/classe trabalhadora, letrado/não-letrado e para promover a aceitação da diversidade linguística. Diferentemente de seu uso pejorativo ao longo da história, essa ressignificação representa um processo de legitimação das variedades do português que não correspondem à norma padronizada nem à variedade europeia como referência.

Exemplos de usos contemporâneos do termo incluem desde textos em blogs que celebram o pretuguês, como no título “Viva o Pretuguês”⁶, até sua concepção como variedade linguística: (i) como língua a ser ensinada a crianças, na iniciativa do coletivo Kilomba intitulada *Pretuguês for Children* ‘Pretuguês para crianças’, voltada a crianças negras e imigrantes nos Estados Unidos; (ii) como forma de escrita, no artigo “Constitucionalismo brasileiro em pretuguês: trabalhadoras domésticas e lutas por direitos” (LOPES, 2025).

Outro exemplo do pretuguês ressignificado na contemporaneidade está presente nas músicas da dupla de rappers angolanos Naice Zulu & BC que apresentam em suas músicas um tom crítico aos problemas sociais e políticos de Angola. Uma dessas músicas é intitulada “Pretuguês” em que de forma irônica, mas não menos política, a dupla canta sobre o uso e estatuto da língua portuguesa em Angola. Vejamos alguns trechos da canção⁷:

PRETUGUÊS
Oh, Diogo cão,
trouxeste o Camões?
(‘Não deu, então, certo)
Estamos a falar Pretugues
Eu preferia derivar do papelim
ou então do bidoim
em vez do latim
[...]

⁶ <https://www.laboratoriofantasma.com/blog/viva-o-pretugues.html?srsltid=AfmBOorRfU3Yah5A-NAwol-TKDV5ZNaZr3vvmORBp9zhjTSkmvrlvk4T7>

⁷ Agradecemos ao colega Professor Wellington Santos da Silva (DLCV/FFLCH/USP) por nos disponibilizar a letra da canção. Após contato direto com a dupla por e-mail, Rendrik Franco, aluno de Wellington, recebeu a letra da canção por escrito e, por essa razão, não procedemos a nenhuma revisão de ordem gramatical, respeitando desde a grafia dos termos ao modo como os versos estão disponibilizados. A música está disponibilizada em algumas plataformas de áudio e também pode ser acessada por esse link: <https://www.youtube.com/watch?v=VscjuA7pSps> - Acesso em 24/05/2025.

Falamo qualquerguês,
menos porto
e ficam a saber
do português no Brasil
(Gerúndio convosco)
Aqui é fixe
lá é baril
[...]
hoje amore é ‘mor
guardamos o a
pra poder falar arroz.
(Queridos, vós estão onde?)
Ambos os dois.
E como o l nos pesa
balde é barde
na nossa língua
nós não tiramos
nós mbora cartamo água
[...]
Le fala que o de ontem
não é o português de hoje
é mais calão gíria
e a pronúncia nos foge.
(warap dog)
Assim te falei
Xê, tás bom?
É pena, és Camões,
não vês que falamos sem som
[...]
A porque, kimbundu afinado.
(kia nambwangongo kene kimoxe)
Português kimbundado.
Nós não falamos língua,
falamos gingiva.
(Foi jundo)
Essa então fala saliva.
Escrevemos setembro,
Pra ler setembro
e se letra gastasse
dezembro íamo falar ‘mbro.
[...]

Nos primeiros versos da canção, Naice Zulu & BC fazem menção a Diogo Cão, navegador português que no século XV foi pioneiro na chegada e exploração de parte da costa africana, que equivale a Angola atual. Ao questionarem se Diogo Cão teria trazido Camões, usam o nome de um poeta expoente do classicismo português de modo figurativo para se referirem à língua portuguesa. Com a resposta “Não deu, então, certo”, os músicos afirmam, assim, que “Estamos a falar Pretugues”, indicando que esse falar não é a língua derivada do latim, sendo “qualquerguês, menos porto”.

Podemos notar que a dupla menciona ou faz uso de alguns fenômenos linguísticos, embora não os classifique, que não coincidem com “Camões”, e que seriam característicos dessas formas de falar português. Alguns desses fenômenos são:

- i. redução silábica: amore > mor; arroz > roz; setembro > stembro; dezembro > mbro
- ii. rotacismo: balde > barde
- iii. apagamento da fricativa final: estamos > estamo; falamos > falamo; mesmo > memo
- iv. lexical: acarretar água > cartar água

O pretuguês falado pelos angolanos, portanto, por não ser mais o português de ontem, ou o português apegado à norma “camoniana”, é o português kimbundado: “Le fala que o de ontem/ não é o português de hoje/ é mais calão gíria/ e a pronúncia nos foge”.

O lugar do pretuguês na contemporaneidade

Diante do exposto, compreendemos que o termo ‘pretuguês’ tem sido utilizado como uma marca de identidade, apropriação e reconhecimento das diversas maneiras de falar português, por, por exemplo, estudos decoloniais, iniciativas antirracistas e ativistas de movimentos negros.

O pretuguês não pode ser apontado como uma variedade linguística de uma comunidade de falantes específica, para além disso, o pretuguês é uma ferramenta discursiva e argumentativa que desafia estruturas de poder e busca ressignificar o valor social das formas de falar português. O pretuguês deve ser compreendido como um processo discursivo ideológico, utilizado estrategicamente em contextos para promover, por exemplo, avanços educacionais, antirracistas e sociais. É um discurso de oposição a sistemas historicamente construídos, como as dicotomias colonizador/colonizado, cidadão/imigrante, elite/classe trabalhadora, letrado/não-letrado.

Referências

ALKMIM, T. M. Estereótipos lingüísticos: negros em charges do século XIX. In: ALKMIM, T. M. (org.). *Para a história do português brasileiro*, v. III. São Paulo: Humanitas, 2002, p.383-402.

_____. Falas e cores: um estudo sobre o português de negros e escravos no Brasil do século XIX. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 247-264.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In: PETTER, M.; FIORIN, J. L. (orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 15-62.

CÁ, L. Cultura escolar e os povos coloniais: a questão dos assimilados nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). *Revista ETD*, Campinas, v.13, n.1, p.207-224, 2011.

CARNEIRO, S. *Lélia Gonzalez: Um retrato*. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

CERQUEIRA, F. Pretuguês. In: LANDULFO, C.; MATOS, D. (orgs.). *Suleando conceitos: decolonialidades e epistemologias outras - volume 2*. Campinas,SP: Pontes Editores, 2024, p.219-227.

_____. Lélia Gonzalez e o Pretuguês: do racismo e sexismo ao epistemicídio. In: CARVALHO, D. S.; LIMA, P. E. *Lingua(gem) e sexualidade: perspectivas do século XXI*. Salvador: EDUFBA, 2022, p.15-37.

_____. O pronome pleno de terceira pessoa no “pretuguês” oitocentista. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 30, n. 4, p. 1596-1620, 2022.

_____. O pretuguês como comunidade de prática: concordância nominal e identidade racial. *Traços de Linguagem*, v. 4, n.1, p.75-88, 2020.

DIAS, J. As primeiras penetrações portuguesas em África. In: Albuquerque, L. (org). *Portugal no mundo*. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 281-299.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, 2020, p.49-64.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, 2020, p.75-93.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*, 2020, p.127-138.

HAGEMEIJER, T. O português em contacto em África. In: MARTINS, A. M.; CARRILHO, E. (eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*, Berlim: Mouton de Gruyter, 2016, p. 43-67.

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 47-70, 1996.

_____. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

KIHM, A.; ROUGÉ, J. Língua de Preto, the Basic Variety at the root of West African Portuguese Creoles: A contribution to the theory of pidgin/creole formation as second language acquisition. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v.28(2), p.203-298, 2013.

LE MOS, C. E. S. A “engraçada” língua de preto: racialização da linguagem dos escravizados na província do Rio de Janeiro (1822/1889). *Revista Horizontes Históricos* [online], vol. 9, n. 2, p.293-312, 2024.

LOPES, J. A. *Constitucionalismo brasileiro em pretuguês: Trabalhadoras domésticas e lutas por direitos*. Curitiba: Editora Appris, 2025.

MALDONADO-TORRES, N. 2020. Analítica da colonialidade e da decolonialidade. Algumas dimensões básicas. In BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2a. ed., 3a. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 27-53.

MACEDO, T. O 'pretuguês' e a literatura de José Luandino Vieira. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 36, p.171-176, 2001.

MARIANI, B. *Colonização Lingüística*. Língua, Política e Religião no Brasil (Séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (Século XVIII). Campinas, Pontes, 2004.

MATA, I. Epistemologias do “colonial” e da descolonização linguística: uma reflexão a partir de África. *Gragoatá*, v.24, n. 48, p. 208-226, 2019.

MATIAS, A. R.; PINTO, F. P. Pretuguês/pretuguês”: breves notas sobre o papel do racismo na construção histórica de um não-lugar de fala. *Caderno MICAR : textos para a 7ª edição da Mostra Internacional de Cinema Anti-Racista*. Porto: Caderno MICAR, 2020, p.13-20.

MATTOS E SILVA, R. V. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MINGAS, A. *Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Chá de Caxinde, 2000.

_____. O Pretuguês, o Português em/de Angola. *XXVIII Encontro das Associações das Universidades de Língua Portuguesa* (AULP), Lubango, Angola, Julho de 2018.

MONTEAGUDO, H. A invenção do monolingüismo e da língua nacional. *Gragoatá*, n. 32, p. 43-53, 2012.

PETTER, M. As línguas no contexto social africano. In: PETTER, M. (org.). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 193-219.

_____.; CUNHA, A. S. Línguas africanas no Brasil. In: PETTER, M. (org.). *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015, p.221-250.

RODRIGUES, A. D. I.; CABRAL, A. S. A. C. A contribution to the linguistic history of the língua geral amazônica. *Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)*, n.55, p.613-639, 2011.

- RODRIGUES, C. C. Língua no Brasil: variação e multilinguismo. In: RODRIGUES, C. C.; LUCA, T. R.; GUIMARÃES, V. (Orgs.). *Identidades brasileiras: composições e recomposições* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, pp. 117-143.
- SANTOS, G. N. A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global. *Gragoatá*, Niterói, v. 28, n. 60, e-53299, jan.-abr. 2023.
- SANTOS, S. Pretuguês : mandingas linguísticas em “Quero ver dendê”, de Mestre Boa Voz. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 78, p. 489–517, 2024.
- SOUZA, L. M. T. M. ; NASCIMENTO, G . Questioning epistemic racism in issues of language studies in Brazil: The case of Pretuguês versus popular Brazilian Portuguese. In: ANTIA, B.; MAKONI, S. (orgs.). *Southernizing Sociolinguistics: Colonialism, Racism, and Patriarchy in Language in the Global South*. 1ed. New York: Routledge, 2022, v.1, p. 67-89.
- SOUZA, L. G. M.; OLIVEIRA, R. “Luuanda” e as vozes dos musseques: política, oralidade e resistência nos contos de Luandino Vieira. *Kwanissa*, v. 07, n. 16, p. 70-84, 2024.
- VENÂNCIO, J.C. *A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica*. Lisboa : Editorial Estampa, 1996
- VENÂNCIO, R. P. Por uma história social do português no Brasil. In: RAMOS, J. M.; ALKMIM, M. A. *Para a história do português brasileiro*. Volume V: Estudos sobre a mudança lingüística e história social. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007, p.359-371.
- VIANA, A. L. *A tecedura da angolanidade no discurso literário de José Luandino Vieira*. Juiz de Fora: UFJF, 2012. Dissertação de Mestrado em Letras: Estudos Literários, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.
- ZAU, D. *A língua portuguesa em Angola*. Um contributo para o estudo da sua nacionalização. Covilhã : Universidade da Beira Interior, 2011. Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, 2011.